

Em (Re)Construção.
Elementos para uma sociologia
da atividade na indústria
da Construção em Portugal

Organizado por Virgílio Borges Pereira

Em (Re)Construção:

Elementos para uma Sociologia da Atividade na Construção em Portugal.

Projeto científico: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto | Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Investigador responsável: Virgílio Borges Pereira

Investigadores: Bruno José Rodrigues Monteiro, Carla Aurélia Rodrigues de Almeida, Ester Maria dos Reis Gomes da Silva, João Pedro Luís de Queirós e José Fernando Madureira Pinto

Bolseiras de investigação: Laura Cristina Amaro Galhano e Vanessa Margarida Carvalhosa Rodrigues

Investigadores colaboradores: Maria Inês Rocha de Azevedo Vilar Coelho, Sandra Margarida Couto Cerejeira Leitão e Tiago Nuno de Castro Moreira Coelho de Lemos

Consultores: Nicolas Jounin, Jan Cremers, João Fraga de Oliveira, Jorge Oliveira, Loïc Wacquant, Iria Vázquez e Yasmine Siblot

Este Livro foi desenvolvido no âmbito do projeto “Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no Campo da Construção em Portugal e seus Impactos nas Condições de Trabalho no Século XXI” cofinanciado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

This book is a result of the project “Breaking ground for construction: changes in the Portuguese construction field and their impacts on working conditions in the 21st century”, supported by Competitiveness and Internationalisation Operational Programme (POCI), under the PORTUGAL 2020 Partnership Agreement, through the European Regional Development Fund (ERDF) and through national funds by the FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A edição em livro da presente obra respeita os princípios estabelecidos na Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projetos de I&D Financiados pela FCT (adotada a 5 de maio de 2014).

Design & Layout: Grupo Almedina

Capa: Pormenor da zona das Fontainhas e da sua envolvente, na cidade do Porto (fotografia de Virgílio Borges Pereira, novembro de 2019)

Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Impressão: Papelmunde

Tiragem: 400 exemplares

Depósito Legal: 466977/20

ISBN: 978-989-8969-51-4

Data de Publicação: junho de 2020



Capítulo 15

A Construção, a Necessidade e a Virtude: Coordenadas preliminares para a compreensão de processos de formação de classe na indústria da Construção na região do Vale do Sousa

Virgílio Borges Pereira

O presente capítulo ensaia a formulação de um pequeno conjunto de coordenadas de leitura para a compreensão de processos de formação de classe na indústria da Construção na região do Vale do Sousa¹. Para desenvolver uma tal análise,

¹ O trabalho em causa foi desenvolvido no âmbito do projeto “Novos terrenos para a construção: Mudanças no campo da construção em Portugal e seus impactos nas condições de trabalho no século XXI” (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade. Uma versão muito exploratória deste estudo foi apresentada na conferência internacional “Breaking Ground for Construction: changes in the field of construction in Portugal and their impact on working conditions in the 21st Century”, realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a 4 e 5 de julho de 2019. O argumento beneficia de um longo percurso de análise que se iniciou na participação do autor nas atividades do Projeto “Trabalho e Trabalhadores na Construção Civil” (PCSH/C/SOC/268/91), proposto e executado pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, sob a coordenação de José Madureira Pinto, com financiamento da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, e prolongado nos projetos “Transformações sociais numa colectividade social do Noroeste português” (POCI/SOC/58668/2004), desenvolvido no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, com financiamento da FCT e do FEDER, sob a coordenação de José Madureira Pinto e “Ilhas, bairros e classes laboriosas: um retrato comparado da génese e estruturação das intervenções habitacionais do Estado na cidade do Porto e das suas consequências sociais” (1956-2006) (PTDC/SDE/69996/2006), financiado pela FCT e desenvolvido no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, sob a coordenação do autor. As incidências analíticas substantivas decorrentes da conjugação de problemáticas subjacente ao percurso realizado nestes três projetos e à relação que estas mantêm com o quadro de análise dinamizado no presente projeto de investigação pode ser obtida em Pinto (2019).

o estudo convoca resultados de investigação sociológica disponível sobre alguns dos grandes operadores dos processos de estruturação da relação com o trabalho na indústria da Construção em Portugal, por um lado, e sobre a região do Vale do Sousa, por outro. Realiza tais procedimentos sem perder de vista as grandes linhas de interpretação sociológica sobre o significado dos processos de socialização da relação com o trabalho em diferentes regiões do espaço social, mobilizando-os para identificar, ilustrativamente, aspetos críticos do modo como as estratégias de reprodução de posicionamentos sociais significativos na indústria da Construção instalada na região se têm vindo a estruturar. O estudo recorre, para esse efeito, a resultados de investigação de terreno e de entrevistas realizadas, na região em apreço, junto de responsáveis pelo enquadramento institucional de populações, do trabalho e das respetivas movimentações e de agentes com atividade económica na indústria da Construção. A análise termina com uma breve reflexão sociológica sobre o significado de disposições específicas na génese e recomposição da relação com o trabalho na indústria da Construção regional.

Postos de Trabalho, Competências e Formação de Classes na Indústria da Construção em Portugal: alguns adquiridos de investigação sociológica

Existe uma investigação sociológica consolidada e reflexivamente ativada sobre as problemáticas do trabalho em Portugal (ver, por exemplo, Freire, 2014). Tal como noutras tradições sociológicas – desde muito cedo, aliás –, esta investigação tem vindo a conjugar-se, em moldes diferenciados, com a problemática das classes sociais (Almeida, 1993; Carmo & Matias, 2019; Costa, Guerreiro, Freitas & Ferreira, 1984; Estanque, 2000; Guerreiro, 1996; Lima, 2018; Monteiro, 2014b; Pereira, 1999; Santos, Lima & Ferreira, 1976a, 1976b, 1977). Neste movimento, não deixaram as especificidades do trabalho na indústria da Construção de ser reconhecidas, ao abrigo dos esforços de sistematização tipológica próprios deste segmento dos estudos sociológicos. Não sem importantes processos de revisão crítica, sistemas de trabalho e postos de trabalho, em particular operários, foram objeto de reflexão, classificação e análise neste âmbito. Variando as designações, tais especificidades traduziram-se no inventário de modalidades determinadas de sistemas de trabalho, de postos de trabalho ou de sistemas de produção. Em tais abordagens, não é complexo assumir que as atividades na indústria da Construção se foram concetualizando em torno de tipos como o “profissional”, o “manual artesanal”, para retomar as designações de Alain Touraine ou Claude Durand, ou no quadro de configurações de sistemas de produção de tipo “estaleiro”, nos termos de João Freire (para desenvolvimentos sobre estas questões, em particular, sobre os balanços críticos nele contidos e a literatura sociológica subjacente, ver Costa, Guerreiro, Freitas & Ferreira, 1984, p. 22; Freire, 1997, p. 56; Freire, 2001, pp. 106-112, p. 115).

Dialogando com o corpo de saberes assim estabelecido, Cidália Queiroz, numa extensa investigação dedicada ao trabalho e aos trabalhadores na Construção civil e obras públicas, tem ocasião de aprofundar o conhecimento sociológico das especificidades da atividade económica no setor a partir de um ponto de vista que combina as preocupações com o trabalho e a problemática da sociologia das classes sociais (Queiroz, 1999), ao abrigo das interrogações desenvolvidas nos trabalhos de José Madureira Pinto sobre a matéria e que com este também realizou (Pinto, 1996; Pinto & Queiroz, 1996^a, 1996b). Recorrendo a um corpo alargado de preocupações teóricas e de estratégias metodológicas, que envolveram análise documental, levantamentos e tratamentos exaustivos de estatísticas oficiais, acompanhamento de processos de trabalho, inquérito por questionário a trabalhadores e entrevistas a informantes privilegiados, Cidália Queiroz traça não apenas um retrato sociológico do setor, em Portugal, nos anos de 1990, mas delimita também um conjunto de coordenadas interpretativas que pode ser usado para estabelecer fundamentos analíticos significativos sobre os processos de estruturação do trabalho e dos lugares de classe na indústria da Construção.

Não podendo, por razões de economia do texto, ser-se exaustivo no equacionamento das implicações contidas nesta investigação para a sociologia do trabalho e das classes sociais na indústria da Construção portuguesa, há pelo menos dois aspetos que valerá a pena salientar, para efeitos de apuramento de ponto de vista e de estabelecimento de coordenadas de leitura sobre processos de formação de classe nesta indústria na região do Vale do Sousa – o foco que move esta incursão. Ainda que correspondam a dois segmentos muito distintos da investigação em causa, consideramos que é particularmente produtivo recuperar as operações analíticas que conduziram a autora à análise de postos de trabalho na Construção, em função de características, competências e saberes que mobilizam, e à sistematização de aspetos salientes das modalidades de formação de classe que ocorrem no setor.

Não fugindo ao que é habitualmente sublinhado pela literatura sociológica dedicada a este ramo da indústria, considera a autora que a variedade de atividades e de procedimentos é um elemento central na definição de etapas produtivas fundamentais e de postos de trabalho mobilizados para a sua consumação. Uma tal variedade constitui, por isso, um apelo frequente para o recurso a operários polivalentes (Queiroz, 1999, p. 56), ainda que o processo produtivo convoque postos de trabalho distintos. Formulando um retrato a três tempos do processo de construção – globalmente definido em torno de um momento de *preparação*, de um momento de *construção de estruturas* e de um momento de *acabamentos* (Queiroz, 1999, p. 56, p. 62, p. 72) -, a autora destaca, por um lado, a lógica de estruturação hierárquica e de autoridade, fundada em projeto e nos pareceres de *engenheiros e arquitetos* e de quem dirige os trabalhos, que está subjacente à atividade de constituição e de organização do estaleiro e, por outro, o significado de um

conjunto de vários postos de trabalho operários dotados de propriedades específicas. Sem esquecer a importância de que se reveste a ação de *serventes* e *ajudantes* ao longo de todas as etapas do processo produtivo, destacam-se pelo menos outros sete grandes postos de trabalho, que são objeto de uma caracterização exaustiva e multidimensional, inspirada na abordagem sociológica do trabalho de Touraine e Durand previamente mencionada, e que segue o ritmo da produção definido. Assim, na primeira fase, relativa à preparação de terrenos e de organização do estaleiro, é examinado o significado do posto de trabalho ocupado pelos *maquinistas* (de máquinas de escavação e terraplanagem), globalmente responsáveis por aquelas atividades, e destacada a “penosidade física”, a gama relativamente parcelar da inserção no processo produtivo a que este está sujeito, mas que comporta, contudo, quer oportunidades de aprendizagem quer um significativo estatuto remuneratório e “simbólico” entre operários, tornando-o particularmente “atrativo” para as novas gerações de operários do setor (Queiroz, 1999, pp. 61-62). Por sua vez, na fase subsequente, relativa à construção de estruturas, encontra-se uma gama muito alargada de tarefas e atividades, onde se identificam, fundamentalmente, atividades de fabricação de cofragens e de alvenaria, complementadas por instalações técnicas e/ou de serralharia. Especializações relacionadas com estas atividades encontram-se, por isso, aqui. Se os *manobreadores de máquinas* – desde logo e dentro destes, os *operadores de grua* -, aqui muito presentes, possuem, globalmente, características semelhantes aos maquinistas previamente identificados, nesta fase da produção destaca-se a atividade de *armadores de ferro*, de *carpinteiros de cofragem* e de *pedreiros* (Queiroz, 1999, p. 63). Não isolando, nesta fase, características de pedreiros e reconhecendo que as atividades associadas às *instalações técnicas*, frequentemente realizadas no quadro de contratos de subempreitada, envolvem uma gama muito variada de postos de trabalho (eletricistas, canalizadores, etc.), a autora destaca que, pelo tipo de capacidades interpretativas que exige e pela própria iniciativa individual que está subjacente à atividade, o posto de carpinteiro de cofragem é especialmente qualificado em termos de aprendizagem profissional e estratégico na atividade do estaleiro (o que explica, por exemplo, a presença deste posto de trabalho nas trajetórias profissionais passadas de pequenos empresários do setor):

Os operários que os ocupam [os postos de carpinteiros de cofragem] possuem uma qualificação profissional elevada que articula uma grande destreza manual, cultivada pela experiência nas obras, com uma quantidade de saberes de ordem processual, prática e saberes-fazer que lhes conferem uma posição estratégica na organização da produção. (Queiroz, 1999, pp. 69-70)

Em contraste, os armadores de ferro, ainda que dotados de uma atividade sobre a qual possuem “margens significativas de autocontrole” (onde reside, com frequência, a razão para formas de trabalho à tarefa e ao metro), possuem um posto de trabalho menos exigente em matéria de saberes (Queiroz, 1999, pp. 65, 70). Na fase de acabamentos, são os *pedreiros de acabamentos* e os *pintores* os postos de trabalho que se destacam, merecendo os primeiros maior atenção. Neste caso, releva-se a importância da exposição à pré-fabricação. Quanto menos marcante esta se afirmar, o que não é raro, na atividade no setor, maior será a diversidade e a polivalência a que os saberes e saberes-fazer do pedreiro estarão expostos e, com isso, a sua margem de autonomia: “Na sua modalidade mais artesanal, é um trabalho de pormenor que requer a interiorização de um espírito metuculoso, grande apuro de execução e uma certa sensibilidade estética de que depende a beleza do produto final” (Queiroz, 1999, p. 73).

O exercício de análise assim realizado é, por fim, combinado com uma análise, baseada num exame aprofundado da obra de G. Malglaive (1990), sobre os tipos de saber mobilizados por postos de trabalho e por hierarquias profissionais na Construção. Não esquecendo de salientar, na perspectiva de Malglaive que inspira a análise, os fundamentos pragmáticos dos saberes-fazer, a autonomização das duas últimas colunas da tabela de correspondências entre saberes-fazer e hierarquia profissional na Construção, destacada seguidamente da tabela mais complexa elaborada pela autora, permite, assim, perspetivar a gama diferenciada de saberes em uso no estaleiro e sistematizar a proposta interpretativa que dela faz a autora, que destaca, assim, o significado de um sistema de transmissão de conhecimentos fundado na prática:

O saber operário permanece aqui ligado a uma intimidade com a matéria e com a habilidade de dirigir certas etapas do processo, a que se acrescenta, particularmente em algumas delas, a capacidade de obter da máquina, total ou quase totalmente governada pelo operário, os resultados mais precisos (Queiroz, 1999, p. 79).

| Profissões | (...) | Saberes-fazer | |
|--------------------------|-------|-------------------|------------------|
| | | Prática simbólica | Prática material |
| Arquiteto | | +++ | - |
| Engenheiro | | +++ | - |
| Encarregado | | - | +++ |
| Carpinteiro de cofragens | | - | +++ |
| Pedreiro em geral | | - | +++ |
| Trolha | | - | +++ |
| Eletricista em geral | | - | ++ |
| Canalizador | | - | ++ |
| Carpinteiro de limpos | | - | +++ |
| Pintor | | - | +++ |
| Serralheiro de C. C. | | - | +++ |
| Armador de ferro | | - | ++ |
| Condutor de máquinas | | - | +++ |
| Servente | | - | + |

Figura 15.1.: Saberes em uso – saberes-fazer – na Construção Civil e Obras Públicas, de acordo com interpretação de proposta de M. C. Queiroz

Fonte: Adaptado de Queiroz (1999, p. 83).

De entre os vários contributos decorrentes da presente investigação, a análise envolve uma densa reflexão e pesquisa sobre os principais lugares de classe estruturados na indústria da Construção civil e obras públicas. Sem alargar a explanação, por razões, uma vez mais, de economia do texto, às incidências teórico-metodológicas subjacentes às opções que conduzem à elaboração de uma grelha de análise de classes sociais com várias propriedades originais, o exercício proposto estabiliza-se em torno da identificação de três grandes lugares de classe, constituídos pela burguesia, pela pequena-burguesia e pelo operariado. Estes são perspetivados a partir de uma análise que combina a mobilização dos conhecimentos reunidos a propósito da configuração do trabalho na indústria e o inventário estatístico com recurso a classificações do Recenseamento Geral da População de 1991 e do Inquérito ao Emprego de 1997 (Queiroz, 1991, p. 607 e seguintes). Complementarmente, mas não menos relevante, a análise destaca linhas de fracionamento interno a cada um dos lugares de classe que contribuem para esclarecer aspetos particularmente marcantes da estruturação das divisões sociais no setor, confirmando e afinando informações previamente reunidas na investigação a partir de outros ângulos de análise.

No interior da burguesia, perspetivam-se, assim, divisões entre *proprietários* e *dirigentes*, com predomínio estatístico daqueles; mas mais importante do que esta

última, numa dupla constatação sobre as peculiaridades dos processos de modernização das relações de produção próprias do setor no país, é a relevância assumida no interior dos proprietários da divisão entre *patrões* e *pequenos patrões*, com efetivos praticamente equivalentes e que dão, por isso, indicações sobre duas modalidades muito distintas de estruturação da propriedade económica no setor. Envolvendo a análise mais fina destes posicionamentos *nuances* significativas, que variam entre o *grande patronato*, o *médio construtor* e o *pequeno patrão*, pelo seu relevo sociológico, a análise consagra grande atenção a este último e ao tipo de propriedade económica que um tal posicionamento configura. Amplamente “dependente de mercados locais que funcionam na base de redes de interconhecimento” (Queiroz, 1999, 610), tratam-se, frequentemente, de empresas dependentes de outras, em regime de subempreitada ou de subcontratação, cujos patrões mobilizam sobretudo, para além da pequena propriedade do negócio, “saberes processuais, saberes fazer e saberes práticos”, que se enquadram num modelo de “empresa comunidade”, formalmente pouco organizado, mas muito vinculado a uma “organização colectiva coesa da produção, dando provas da existência de fortes referências profissionais” e a uma liderança clara do patrão ou do chefe de equipa (Queiroz, 1999, p. 617, p. 618, p. 620).

No interior da pequena-burguesia, as clivagens são múltiplas. Nestas começa-se por acentuar o significado da sua fração *tradicional*, que prolonga, num quadro potenciado pela informalidade económica, a cultura de ofício patente nos pequenos patrões previamente descritos e que também é característica de *independentes*. Em contraste com este posicionamento é destacado também o posicionamento dos *quadros intelectuais e científicos*, comprovando-se, nomeadamente nas empresas mais modernizadas, o significado do capital cultural no setor e, em síntese, que:

a Construção não é homogeneamente uma indústria mão-de-obra intensiva dominantemente empregadora de trabalhadores de baixa qualificação profissional, já que quer no sector artesanal, quer no que convoca uma importante componente de projecto de engenharia, as exigências de qualificação tendem a ser superiores às que se verificam nas indústrias de mão-de-obra intensivas tradicionais (Queiroz, 1999, p. 673).

A incursão sobre a pequena-burguesia retém ainda o lugar de classe dos *profissionais de enquadramento intermédio*, que engloba as funções habitualmente ocupadas por encarregados e o trabalho estratégico que assumem na atividade do estaleiro no que diz respeito “à organização do trabalho, à administração de pessoal, ao controlo de qualidade dos produtos e das intervenções” (Queiroz, 1999, p. 696) – atividades habitualmente aprendidas no quadro de processos de apuramento de competências próprias de culturas de ofício e definidas em modelos de promoção interna, sem paralelo com as que são características de outros setores

industriais. No interior ainda da pequena-burguesia, não deixam também de ser examinados os posicionamentos de *empregados executantes* associados ao setor.

A análise contempla, para além da identificação de frações complementares, o estudo do operariado do setor, que é o mais denso dos corpos operários do país no período analisado, destacando-se, neste, divisões entre *operariado qualificado* e *operariado não qualificado* e sublinhando-se contrastes significativos entre estruturas de qualificações e escolarização (Queiroz, 1999, pp. 728-732).

A abordagem assim construída mobiliza-se, por fim, para o estabelecimento de um conjunto de proposições sociológicas sobre o quadro de socialização responsável pela estruturação das identidades profissionais dos operários do setor, com as seguintes características: (i) o estaleiro é um contexto central de socialização profissional que contempla uma combinação de produção artesanal, uma organização integrada em torno de lógicas de ofício e modos de produção alternativos que são definidos em quadros competitivos (Queiroz, 1999, p. 744); (ii) o quadro de trabalho estabelecido em torno do estaleiro e os seus efeitos socializadores capitalizam continuidades com a cultura camponesa de matriz pluriativa (Queiroz, 1999, p. 746); (iii) o modelo de socialização profissional assim gerado estabelece-se em contradição com a socialização escolar e encontra-se progressivamente em crise (Queiroz, 1999, p. 783).

Tendo em conta os efeitos da passagem do tempo, as regularidades, os raciocínios e as hipóteses formulados neste âmbito podem hoje ser retomados e reinterrogados, com objetivos de apuramento e atualização de coordenadas de interpretação sociológica. A incursão na região do Vale do Sousa que realizámos no âmbito da presente pesquisa permite dar alguns contributos para estes exercícios.

Trabalho, Classe e Construção no Vale do Sousa

Um Regresso à Problemática das Classes na Construção e um Novo Ponto de Partida

Entre a formulação do conjunto de coordenadas e de proposições de leitura sociológica documentado no trabalho analisado no ponto anterior e a atualidade passaram-se, entretanto, mais de duas décadas. A indústria da Construção sofreu recomposições significativas. Sabe-se que tais recomposições, entre vários processos, se traduziram em perdas de postos de trabalho, encerramento de empresas e numa redefinição dos próprios posicionamentos dominantes no interior do campo das grandes empresas, com redefinição de mercados e de fluxos de mão de obra, assim como por uma nova retoma da atividade económica. Pensando nos postos de trabalho, nas experiências construídas nestes, nas lógicas de estruturação das relações de classe que se estabelecem na indústria da Construção a partir das dinâmicas de socialização geradas a partir dos estaleiros, o quadro de especialização

produtiva que se regista na região do Vale do Sousa, no interior do Distrito do Porto, oferece um contexto interessante para perspetivar sociologicamente alguns dos operadores mais relevantes dos processos de formação de classe que se inscrevem no setor e cujas lógicas foram globalmente apuradas anteriormente.

No quadro do projeto de revisitação da coletividade social de Fonte Arcada (Pinto & Queirós, 2010), no concelho de Penafiel, com trabalho de campo realizado no final da primeira década de 2000, algumas das incidências sociais subjacentes à socialização do trabalho na indústria da Construção tiveram ocasião de emergir das recolhas de informação efetuadas. Para além de documentar o significado da especialização produtiva na indústria da Construção na região e no concelho, o estudo realizado, com recurso a dados de um inquérito por questionário exaustivo aos grupos domésticos da coletividade, permitia verificar que um conjunto muito relevante dos ativos locais, composto por indivíduos menos envelhecidos e homens, exercia a sua atividade económica na indústria da Construção, em profissões operárias e, não raramente, num quadro de itinerância geograficamente afastada da localidade – um grupo não negligenciável, na ocasião, em Espanha.

A análise relacional da informação reunida permitia verificar, por outro lado, que, num espaço social marcado por divisões sociais de relevo, em pelo menos duas das suas regiões se verificavam relações bem demarcadas com o exercício da atividade económica na indústria da Construção. O segundo eixo do espaço social configurava-se em torno de um efeito de composição definido pela associação de ativos operários neste setor com a posse de uma escolaridade entre os sete e os nove anos e uma atividade laboral classificada num nível de qualificação intermédio – sendo tais operários largamente dependentes, do ponto de vista da génese das suas aprendizagens, tal como se pode verificar na Tabela 15.2, de processos configurados a partir da socialização no trabalho, globalmente efetuadas com chefias, por iniciativa pessoal, com familiares ou patrões, e nunca, neste caso, através da escola e apenas muito raramente através da formação profissional. Ainda que menos definida e com menor significado do que o anterior, a relevância da atividade na Construção emergia também como relevante no âmbito do terceiro eixo do espaço social, neste caso, envolvendo operários, mas, sobretudo, agentes com pertença e origem nas frações de classe dominantes, com maior escolaridade, numa viva demonstração, tudo o indica, da importância do acesso à propriedade económica da empresa na indústria da Construção e das funções ligadas à posse de capital cultural como modalidades de formação de classe localmente relevantes (Pereira, 2010, pp. 350-351).

Tabela 15.2

Processo de aprendizagem da profissão exercida, entre operários da indústria da Construção em Fonte Arcada, Penafiel, em 2007 (valores absolutos e relativos)

| Operários da Construção | Aprendizagem | Na escola | Curso de formação profissional | Com o pai ou a família, antes de começar a trabalhar | Com os amigos, antes de começar a trabalhar | Com os colegas, no trabalho | Com as chefias | Com os patrões | Sozinho/a | NS/NR | Total |
|-------------------------|--------------|-----------|--------------------------------|--|---|-----------------------------|----------------|----------------|-----------|-------|-------|
| | Nº | 0 | 2 | 17 | 1 | 58 | 19 | 5 | 32 | 2 | 136 |
| % | 0,0 | 1,5 | 12,5 | 0,7 | 42,6 | 14,0 | 3,7 | 23,5 | 1,5 | 100,0 | |

Fonte: Inquérito à População de Fonte Arcada, 2007.

A vertente qualitativa da pesquisa em apreço permitia, por outro lado ainda, apurar propriedades adicionais sobre a configuração das relações de investimento prático e simbólico que estavam subjacentes ao envolvimento no trabalho na indústria da Construção em categorias específicas de agentes sociais locais, focando, nomeadamente, a experiência intensa da itinerância de operários em movimento para Espanha (Pinto, 2010), cujas lógicas se puderam, entretanto, aprofundar já no quadro da presente pesquisa também (Queirós & Monteiro, 2019).

É ao legado do quadro geral de raciocínio sociológico desenvolvido na revisão e, especificamente, dessa vertente qualitativa da pesquisa que o presente projeto regressou para tentar prosseguir, a partir de Fonte Arcada, mas alargando a abordagem a territórios contíguos, com o aprofundamento do conhecimento das estratégias, práticas e representações desenvolvidas pelos agentes envolvidos na atividade na indústria da Construção (ver caixa 15.1.). Essa tentativa de prossecução da pesquisa enfrentou, entretanto, os efeitos da crise vivida em Portugal e no setor, ao longo de um período significativo da última década, e os movimentos de recomposição desta decorrentes que se encontram em curso. A análise privilegia o estudo de tais processos de recomposição e das estratégias de reprodução social desenvolvidas por pequenos empresários, trabalhadores independentes, agentes de enquadramento e operários.

Caixa 15.1. Sobre o processo de pesquisa na região do Vale do Sousa

Primeiro dos observatórios socioterritoriais a ser constituído no quadro da estratégia de pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto “Novos terrenos para a Construção”, o trabalho realizado na região beneficiou do conhecimento adquirido por vários membros da equipa de investigação noutras experiências de trabalho de terreno realizadas neste contexto. Retirando contrapartidas teóricas e metodológicas desta experiência, o observatório socioterritorial teve uma das suas antenas na freguesia de Fonte Arcada, no concelho de Penafiel. O conhecimento sociológico contruído a propósito desta coletividade local no final da década de 1970 (Pinto, 1985) desempenhara, originalmente, um papel muito importante no desencadear quer das pesquisas desenvolvidas por José Madureira Pinto sobre a construção civil nos anos de 1990 (Pinto & Queiroz, 1996^a, 1996b) quer na formulação deste mesmo projeto, na sequência da revisitação sociológica realizada nesta coletividade durante a segunda metade da década de 2000 (Pinto & Queirós, 2010). Visando o conhecimento de experiências e de processos de relação com a atividade na indústria da Construção, a pesquisa encontrou em Fonte Arcada um conjunto significativo de elementos para aprofundar análises. Em todo o caso, a abordagem não se esgotou neste contexto. Explorando contiguidades de trajetórias de diferentes protagonistas sociais, a abordagem envolveu agentes provenientes de outras freguesias e de outros concelhos vizinhos e encontrou em interlocutores institucionais da região - e também de outros contextos - fontes de informação de relevo. Para além de representantes do poder local, foram particularmente relevantes as entrevistas e o acompanhamento que pudemos realizar das atividades dos representantes da Unidade Local de Penafiel da Autoridade para as Condições de Trabalho; igualmente relevantes foram as extensas entrevistas que pudemos realizar a representantes do Gabinete de Apoio ao Emigrante de Penafiel e da Direção de Serviços Regional da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas. Com um foco colocado em empresários, encarregados e trabalhadores da indústria da Construção, realizaram-se 13 entrevistas a responsáveis institucionais e agentes diretamente envolvidos na atividade na Construção. Estes procedimentos de recolha foram realizados por Laura Galhano e Vanessa Rodrigues, envolvendo também Virgílio Borges Pereira, José Madureira Pinto e Yasmine Siblot. Os nomes de entrevistados e informantes citados são fictícios. Mobiliza-se, sempre que pertinente e para efeitos de aperfeiçoamento da análise, informação adicional de caracterização de condições de empresas e de ativos. Se necessário e sempre que possível, as empresas são classificadas como grandes (GE), médias (ME), pequenas (PE) e micro (MIE); os indivíduos com atividade económica são identificados pelas respetivas profissões, pela situação na profissão e pela natureza do vínculo laboral quando se tratem de assalariados, a saber: patrões, independentes, assalariados, neste último caso, a termo certo, a termo incerto, ou sem termo.

Trabalho e Regulação do Trabalho numa Indústria da Construção em Recomposição

As atividades da Unidade Local de Penafiel da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), tal como decorre da respetiva observação e da análise das intervenções dos seus responsáveis², têm um quadro de prioridades bem estabelecido. Num vasto contexto territorial (que envolve, especificamente, os concelhos de Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel), marcado por uma grande ligação a atividades industriais de perfil variado, a atenção dos 12 membros da inspeção do trabalho, que compõem o corpo profissional da ACT local, às especificidades do setor da Construção está, há muito, consagrada em protocolos de atuação determinados, direcionando-se para a verificação e acompanhamento do cumprimento da legislação laboral, dando grande relevo à segurança no trabalho. Num setor onde a mão de obra raramente apresenta reclamações às autoridades e onde as intervenções da inspeção do trabalho não são, habitualmente, bem vistas pelos trabalhadores, os últimos anos foram marcados na região por recomposições com algum significado. Admitindo que uma dessas recomposições também terá passado, a crer nos depoimentos das autoridades, mas também na de empresários e de trabalhadores, pela difusão, no setor, de uma maior consciencialização da necessidade de cumprimento da lei laboral, em matéria de segurança no trabalho, por exemplo, uma outra dessas recomposições diz respeito a uma mudança nos modos de estruturação do mercado de trabalho da região.

Como sabido, o aprofundamento da dinâmica de trabalho no interior do setor tinha já levado empresas e trabalhadores da região para o desenvolvimento de atividade na Construção em Espanha. Na região, o agravamento da crise acentuou essas dinâmicas e a procura de trabalho noutras paragens não deixou de associar a si outros efeitos. Um desses efeitos passou pelo incremento muito significativo do destacamento de trabalhadores com origem nas empresas da Construção da região para outros contextos nacionais na Europa comunitária. Ainda que o movimento de trabalhadores não seja exclusivo do setor, é reconhecido pelas autoridades competentes que acompanham e regulam o trabalho localmente que esta região do país se tornou, ainda antes de o fenómeno ser reconhecido a nível nacional, na mais importante nesta matéria e que o contributo dos trabalhadores da Construção para este processo não era irrelevante. Desenvolvendo um esforço de monitorização e de regulação do trabalho na região, a ação da Unidade Local de

² Os elementos mobilizados por este ponto sistematizam informações obtidas numa situação de entrevista com recurso ao método de “grupos focais” com responsáveis desta unidade realizada pelo autor e por Laura Galhano e Vanessa Rodrigues. Aos dados obtidos por esta via acrescentam-se informações obtidas numa longa entrevista, efetuada pelo autor e por Yasmine Siblot, aos responsáveis do Gabinete de Apoio ao Emigrante de Penafiel.

Penafiel da ACT, na sequência da crise económica vivida no país, cedo acrescentou a preocupação com o destacamento de trabalhadores ao conjunto de atividades principais desenvolvido.

Contudo, e tal como assinalam as responsáveis de Penafiel da ACT, ainda que estes registos elevados, de declaração obrigatória, devam estar aquém da realidade, o que mais se salienta, à medida que este processo se desenvolve, é o movimento de constituição de empresas de trabalho temporário, patrocinadas, tudo o indica, por empresas e empresários da região do setor da Construção (mesmo quando não têm aqui a sua sede social), especializadas em atividades neste último domínio. Ainda que se trate de uma monitorização complexa, a ação das inspeções do trabalho em Portugal e nos diferentes países europeus, por vezes articulada em planos de cooperação intergovernamentais e motivada pela crescente atenção pública que este assunto suscita junto das respetivas autoridades, tem contribuído para que os cenários que inicialmente se colocavam a propósito destes processos se tenham transformado: a angariação improvisada de trabalhadores a partir de condições pouco esclarecidas passou a ser realizada por empresas num quadro “mais profissional”; não será tanto o trabalho destacado não declarado o problema que, doravante, mais se coloca, mas antes a subdeclaração dos rendimentos auferidos, pelo impacto que estes têm nas fórmulas contributivas que lhes possam estar associadas em função dos contextos nacionais, nomeadamente, em matéria de cálculo de montantes de referência mínima para cálculo de contribuições sociais, de remuneração de horas extraordinárias, ou de ajudas de custo.

Na perspetiva das responsáveis da ACT ouvidas no âmbito da presente pesquisa, o setor da Construção na região enfrenta, entretanto, com a generalização do trabalho destacado e com o incremento do trabalho fora do país, um cenário de progressiva escassez de mão de obra. Os salários baixos no setor e, especificamente, a reduzida diferenciação interna a que as remunerações das diferentes categorias profissionais podem estar sujeitas não protegem a mão de obra assalariada na Construção e impelem, segundo quem inspeciona o trabalho, à mobilidade através do destacamento. Em muitos casos, o destacamento “faculta” a emigração. Categorias profissionais específicas no setor tornam-se raras. Por outro lado, algumas dessas categorias, mobilizando trabalhadores estrangeiros, como a dos armadores de ferro, acabam por ser também destacadas a partir das empresas locais.

A complexidade dos movimentos de populações em trabalho que se cruzam na região suscita, entretanto, renovadas atenções das autoridades. O Gabinete de Apoio ao Emigrante instalado em Penafiel tem, na atualidade, um segmento muito relevante dos seus esforços de atendimento às populações associado aos processos de reconhecimento de contribuições para a Segurança Social nos diferentes Estados para onde a população se desloca em trabalho – um processo de grande complexidade, sobretudo quando realizado em casos alternativos ao do destacamento,

em momento de final de carreira laboral e contributiva e de “regresso” definitivo a casa por parte dos ativos locais.

Sobre a Formação de Classes e de Relações de Classe na Indústria da Construção na Região

A partir da incursão realizada na região do Vale do Sousa é possível estabelecer algumas coordenadas preliminares de leitura sociológica sobre os processos de estruturação dos posicionamentos sociais que se estruturam na indústria da Construção. Tais coordenadas incidem sobre posicionamentos sociais específicos, cujas propriedades emergem recorrentemente nas observações feitas, nos depoimentos recolhidos e que fazem sentido quando conjugadas com o que se conhece do espaço social dos contextos em estudo.

Uma primeira coordenada envolve os pequenos empresários da Construção. Não obstante as alterações a que o campo empresarial da indústria da Construção esteve sujeito na última década – alterações decorrentes da crise económica, mas também do que, no processo de resposta a esta, se articulou, como acabámos de verificar, com o próprio processo de desenvolvimento de empresas especializadas em trabalho temporário destacado para a Europa³ –, o pequeno patrão de uma empresa de Construção persiste como figura influente das relações económicas e sociais estabelecidas regional e localmente. Formas alternativas e maiores de propriedade económica na indústria da Construção não são raras na região, mas são, contudo, as dinâmicas sociais e económicas das micro, pequenas e médias empresas em atividade aquelas que aqui podem ser bem observadas, no quadro das respostas que, através de intrincados processos de contratação e de subcontratação, dão às empresas maiores que definem a configuração do campo da indústria da Construção. Sabendo que as empresas dominantes do campo se envolvem ativamente com outras empresas, de menor dimensão, na implementação dos seus projetos e que determinadas empresas dominantes, quase exclusivamente configuradas em torno de capital cultural e técnico, recorrem sistematicamente à subcontratação de mão de obra, compreende-se o que, na região do Vale do Sousa, as respetivas pequenas empresas e a mão de obra que mobilizam significam enquanto reserva de ação económica e de força de trabalho para o funcionamento do campo⁴.

³ Uma figura relevante neste domínio que faria todo o sentido identificar seria a das empresas de trabalho temporário e a ação dos respetivos proprietários. Como tivemos ocasião de salientar, a ação destas empresas não é irrelevante na região e a sua relação com as diferentes categorias de empresários da Construção muito menos. Como também se sabe, em alguns casos, a propriedade destas empresas cruza-se com a de negócios especializados na indústria da Construção. Não obstante as nossas tentativas, não conseguimos realizar contactos viáveis com estes empresários, ou com os seus representantes.

⁴ Sobre a configuração do campo das empresas dominantes, ver o capítulo 7 deste trabalho.

Ainda que a gênese das pequenas empresas possa ser mais antiga e transmitida familiarmente, as micro e pequenas empresas de Construção que são fruto de um processo de investimento continuado em profissões operárias por parte dos seus patrões – corolário lógico de uma evolução que passou também pelo exercício de cargos de responsabilidade no interior do estaleiro – continuam a afirmar-se como modalidade habitual e resiliente de acesso à propriedade económica e enquanto critério de formação de um posicionamento no espaço social. Neste processo, as sociedades de antigos operários e encarregados afirmam-se também como meio necessário à constituição de limiares mínimos e críticos de capital económico, estando na origem de empresas bem-sucedidas, mas também na base de recorrentes problemas e cisões sobre o modo como se dirige um negócio: “o meu sócio era uma pessoa que... fazia as coisas muito à sorte”, considera um desses empresários locais, com longa experiência de trabalho e de sociedades, para explicar o fecho de uma empresa outrora detida. Tanto mais capazes do ponto de vista económico quanto a inevitável exposição à subcontratação se possa articular com uma dinâmica minimamente sólida de empreitadas regulares, estas pequenas empresas e os seus patrões são parte de uma economia que vive de uma combinação, nem sempre fácil de atingir, de capital económico, de capital cultural e técnico (mais ou menos feito de saber teórico e, sobretudo, de saber-fazer) e, quando consolidados, de uma grande agilidade para movimentar trabalhadores e equipamentos.

Num quadro de ação em que o pequeno patrão não detém um capital escolar institucionalizado muito alargado, mas que pode, não obstante, ser compatível com a detenção de uma qualificação profissional com algum significado, feita não apenas de saber-fazer, mas também de cursos profissionais exigidos pela manipulação de máquinas mais ou menos complexas, parte significativa da capacidade económica e da autonomia destas empresas depende da possibilidade destes pequenos patrões organizarem a mobilização das formas objetivas de capital económico e técnico que possam deter – em função do saber adquirido e da possibilidade de mobilizar carrinhas, camiões, guas e as mais variadas máquinas, assim como pela capacidade, desde logo, de as fazer transportar quotidianamente entre as obras e os armazéns. Mas essa capacidade depende muito e também da configuração dos grupos e das relações sociais que os seus proprietários são capazes de organizar tanto nas relações que se estabelecem com o exterior da empresa, com clientes e fornecedores, como nas que se desenvolvem no seu interior, com assalariados, que também podem ser familiares.

Um aspeto crucial da atividade económica destas pequenas empresas passa, com efeito, pela ação do(s) seu(s) proprietário(s) e pela habilidade que possa(m) ter para constituir e gerir uma carteira de clientes e, necessariamente, os coletivos de trabalho dirigidos. À medida que o mercado de trabalho se alarga e recompõe, essa gestão torna-se mais exigente, desde logo, por força da necessidade de

responder a uma dispersão geográfica das frentes de obra. Para estes pequenos patrões, o quotidiano de trabalho torna-se, assim, marcado, frequentemente, por uma grande tensão, decorrente da necessidade de gerir estas múltiplas frentes (“Eu enervo-me muito”), de responder às exigências dos ritmos e dos processos produtivos e, necessariamente, das respetivas exigências de sustentabilidade económica. Nem sempre tais tensões são superadas e, também por isso, sendo a experiência do trabalho operário contexto favorável à formação destas pequenas empresas, a gestão do trabalho e a exposição às dinâmicas da contratação e da subcontratação desequilibradas explicam as histórias, sempre presentes entre quem anda no setor regional, das suas recorrentes falências.

Se a gestão da geografia de ação é um fator de seleção da capacidade empresarial, um outro decorre da natureza do processo produtivo em que se inscreve a ação da empresa e das especificidades do mercado em que opera o seu proprietário. Quanto mais complexa e mais completa for a fase do processo produtivo em que a empresa se insere, conforme a classe de habilitações para construir que possua, ou caso esta tenha acesso ao mercado muito regulado das obras públicas, mais alargada será a gama de compromissos que envolvem posicionamentos negociais muito diferenciados da parte da empresa e de quem manda nela. Ora como contratante, ora como subcontratante, em função das especialidades que a empresa detenha e das necessidades decorrentes de cada obra, numa organização onde tudo conflui para quem manda, a tensão cresce e polariza-se sobre o “patrão”. Por outro lado, esta tensão será ainda maior se a gestão não contemplar a autonomização de funções específicas de enquadramento do trabalho no interior da organização. Este é, de resto, um aspeto crucial da definição do perfil destas pequenas empresas e da amplitude de especialidades e capacidades que estas são capazes de abarcar. Tanto em matéria técnica, com a contratação de especialistas como arquitetos, engenheiros, desde logo, mas, eventualmente, um economista/gestor, como em matéria de enquadramento da mão de obra operária, através da mobilização de figuras como a do técnico de obra ou do encarregado, a qualificação das empresas e da ação do pequeno patrão depende muito da capacidade de organizar, autonomizar e dividir o trabalho que se afirma por estas vias. De igual modo, o recrutamento de pessoal a partir de redes reconhecidas no espaço das vizinhanças é, a propósito da definição do quotidiano e da capacidade de ação da empresa, um aspeto fundamental: “nem *internets*, nem nada”, “a vantagem é conseguir chegar mais rápido a gente mais credível”, como afirma um pequeno empresário.

No dealbar da crise, uma das decisões críticas que muitos destes pequenos empresários tiveram de tomar passou pelo modo de enfrentar a necessidade de encontrar trabalho para realizar e até onde o procurar. A experiência da itinerância, como amplamente sabido, é habitual no setor. Entre os pequenos patrões com passado operário, este périplo pelos mais variados contextos integra as res-

petivas trajetórias, numa prática estruturada a partir do estaleiro, mas organizar frentes de obra em diferentes contextos geográficos envolve uma estatística e uma logística muito exigentes. Para muitos pequenos patrões, tudo indica que a necessidade terá impellido a um tal movimento, mas nem sempre existem condições para alargar a atividade a prismas geográficos maiores. Alguns, podendo, optam, deliberadamente, por não correr esses riscos, procurando, assim, manter o trabalho sob controlo e a ação da empresa apurada em torno daquilo que se sabe fazer bem. Assim se instala também uma diferença de relevo, que hoje marca o pequeno patronato da região, entre aqueles que se envolvem em trabalho fora do país e os que não o fazem. Entre aqueles que o fazem, a atividade regular de destacamento de trabalhadores e o envolvimento numa dupla atividade empresarial em países distintos torna-se uma figura frequente; com isso, um aumento da intensidade da vida quotidiana, uma modificação de procedimentos produtivos e de enquadramento legal e uma ainda maior aceleração...

Num retrato de conjunto, uma vez conjugados, estes aspetos contribuem para investir o quadro de relações de dominação próprio destas organizações de configurações sociais específicas. Ainda que a racionalização administrativa se afirme aqui, de modo inevitável e necessário, por intermédio da configuração dos processos económicos e dos enquadramentos políticos e legais das empresas, a ação dos patrões transporta a reprodução do respetivo posicionamento para um quadro de relações que se revela sensível não apenas aos princípios de eficácia do mando próprios de quem detém formalmente o poder na organização, mas que se define também pela eficácia, nas relações entre patrões e assalariados, de propriedades sensíveis ao carisma, centradas no reconhecimento no quotidiano laboral pelos subordinados da combinação do capital económico, do capital cultural e social incorporados no pequeno patrão. Uma tal dominação será tanto mais eficaz quanto este último tenha condições de atualizar o *sentido do negócio* que detém.

Uma segunda coordenada envolve os *quadros intelectuais e científicos*. Importa reconhecer que estes são sobretudo uma presença mais regular nas empresas mais diferenciadas. *Engenheiros civis e arquitetos*, para apenas destacar os profissionais com competências mais prementes para o desenvolvimento do processo produtivo na região, com efeito, nem sempre se difundem de modo exaustivo pela miríade de pequenas empresas que constitui o cerne da atividade na Construção regional, emergindo, em relação com estas, como profissionais liberais contratados para serviços específicos, ou como parte do quadro de organizações mais fortes, que subcontratam as pequenas empresas, tornando, por isso, a sua figura menos presente nas empresas modais da região. É, no entanto, importante registar que o universo formal de competências mobilizado por estes profissionais os distingue muito daqueles que com estes se relacionam no quotidiano laboral e que a sua presença nas empresas as diferencia, completando-lhes valências e alargando mer-

cados e capacidade de ação, por força dos saberes teóricos que dominam e das qualificações produtivas que assim se garantem.

Nem sempre, contudo, estas pequenas empresas têm capacidade para fazer “a despesa”, ou “o investimento”, num arquiteto e/ou num engenheiro, como, não raramente, ouvimos dizer, consoante a perspectiva do negócio, ora a uns ora a outros dos pequenos empresários locais. Porém, a incursão em mercados mais exigentes, como o das obras públicas, para além de rácios de capitais e o cumprimento de regras específicas no domínio da segurança no trabalho, impele e obriga, por lei⁵, à contratação paulatina destes profissionais, tornando-os mais visíveis em algumas das pequenas empresas da região. O que começa, assim, por ser uma presença “obrigatória” – “eles tinham que ter um engenheiro” – pode contribuir para uma mudança. O alargamento da escolaridade na região, ainda que se vá fazendo com algum custo, permite identificar, doravante, nas famílias das vizinhanças, onde habitualmente se recruta nestas empresas, jovens profissionais intelectuais com relevância para o setor:

“E juntaram as duas, as duas coisas. Já que tenho que pagar a alguém para estar nos quadros, como era daqui da, da zona, não, ah... (...) vim aqui, e fiquei. Por acaso foi [riso], quase que nem foi uma entrevista de trabalho, foi mesmo... só acertar pormenores. (...) vai fazer 12 [anos] agora em outubro”.

(Pedro T., Quadro técnico: Engenheiro civil, assalariado de PE, contratado a termo incerto, 12 anos de empresa, 37 anos)

O recrutamento por estes canais, não sendo exclusivo, é parte atuante do processo de entrada de alguns destes profissionais em certas pequenas empresas: para os engenheiros e arquitetos das vizinhanças, é hoje também mais fácil interagir com os coletivos operários. O que começa por ser uma atividade de “quase um espectador”, com sucessivos incentivos ao trabalho, torna-se, paulatinamente, um alargamento de responsabilidade. O leque de atividades que desenvolvem no dia a dia da empresa e dos estaleiros é muito variado, envolvendo, para além do acompanhamento de obras, um conjunto de múltiplas ações, que vai da compra de materiais à adjudicação de orçamentos de obras, passando pela contratação de pessoal e de subempreiteiros, em jornadas de trabalho que facilmente se estendem por mais de oito horas, num ritmo muito intenso. Uma das vias da recomposição das empresas regionais passará, seguramente, pela possibilidade de se acentuar esta tendência e de se conseguir estabelecer uma intermediação continuada entre os saberes teóricos mobilizados por quadros e os saberes-fazer (ainda) disponí-

⁵ A Lei n.º 41/2015 de 3 de junho “estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção” e regula os aspetos mais substantivos da atividade no setor.

veis nas coletividades da região. Em todo o caso, é fundamental que continue a existir mão de obra e esta começa a estar cada vez mais fora da região.

Reconheça-se, ainda assim, que um outro aspeto fundamental da atividade das pequenas empresas se encontra nos agentes de *enquadramento intermédio*, desde logo, de *encarregados* e é sobre estes que se estabelece uma nova coordenada interpretativa. Se os saberes teóricos estão muito presentes na ação de engenheiros e arquitetos e estes últimos adquirem, necessariamente, uma outra experiência do processo construtivo decorrente da vivência próxima do trabalho praticado a partir de uma lógica de ofício, a ação dos encarregados combina saberes-fazer e dispositivos de autoridade, correspondendo, sob vários aspetos, ao apuramento mais conseguido da virtude no trabalho movida pela necessidade tão característica da região. Em conjunto com os proprietários, os encarregados têm a visão prática das fases sucessivas da produção em que estão inseridos, mobilizam os saberes-fazer e implementam-nos, fazendo trabalhar as equipas, mas, algo muito importante na região, trabalhando também com estas, realizando, frequentemente, os mesmos procedimentos e apurando-lhes e potenciando-lhes, enquanto “artistas”, as características. Para além disso, moldam e definem a disciplina nas relações sociais no estaleiro. Dependente de trabalho de equipa, mas amplamente configurada a partir de ritmos próprios, a atividade na Construção está exposta à “manha” e à “tática”, articulando-se com a cooperação e a competição que também compõem o quotidiano produtivo de trabalhadores, exigindo a intervenção moderadora de encarregados e de *encarregados-gerais*, algo que será tanto mais relevante quanto as equipas operárias se revelem mais diferenciadas em termos de origem e expostas ao *turnover*. Nesse sentido, se determinadas equipas possuem um quadro tão grande de rotinização de procedimentos que “quase trabalham sem precisar de comunicar”, outras há onde as explicações são muitas e necessárias. Num caso ou no outro, em modalidades diversas, a ação dos encarregados é crucial e tanto mais eficaz, em matéria de negociação, quanto mais reconhecida esta seja por proprietários, técnicos e operários.

A diferenciação das organizações permite também a emergência de posicionamentos de *enquadramento* com algum relevo, como os de *técnico de obra*, particularmente direcionados para a orientação das diferentes fases dos trabalhos e para o respetivo controlo e aperfeiçoamento de custos. Estes posicionamentos implicam requisitos significativos de capital escolar da parte dos seus detentores, formação técnica e profissional especializada e envolvem um quadro de atividade quotidiana no estaleiro menos embebido na dinâmica de trabalho das equipas operárias do que aqueles que caracterizam o encarregado tradicional. Correspondem, nesse sentido, a um lugar alternativo, também por causa disso, frequentemente, sob pressão quer da parte dos profissionais mais qualificados na área da engenharia, quer da parte dos próprios encarregados e dos operários. É, nas palavras de um

dos entrevistados desta pesquisa, “um trabalho desgastante”, polarizado, crescentemente, em torno de trabalho burocrático, mas com grande relevância para a direção da obra. Também por isso, um lugar estratégico e que, com o crescimento das pequenas empresas, assume estatuto e relevância acrescidos na diferenciação qualificada das empresas locais (quando esta se concretiza).

Não obstante a contradição que se estrutura em torno do respetivo posicionamento social, os *trabalhadores independentes* representam uma fração de classe a ter presente quando se pensa sociologicamente na indústria da Construção na região do Vale do Sousa. As respetivas propriedades sociais são tributárias de várias das características que documentávamos nos pequenos patrões, dependentes, por isso, de modalidades não muito elevadas de capital cultural, de aprendizagens profissionais intensas estruturadas ao longo de carreiras precocemente iniciadas em diferentes empresas do setor, de uma grande disponibilidade para o trabalho e capacidade de iniciativa, só que, neste caso, traduzidas numa permanência e frequente procura da condição de *isolado*, a que, com o tempo, muitos destes indivíduos se adaptaram com relativa facilidade (“queria mais liberdade”). Com efeito, localmente, trolhas, pintores, serralheiros, entre outros profissionais, muitas vezes dedicados às instalações técnicas e aos acabamentos, capitalizam as aprendizagens feitas no exercício de tarefas produtivas enquanto operários, frequentemente ao longo de múltiplos anos de experiência, e optam, ou são levados a optar – por convite, por imitação, também por pressão –, por se estabelecerem por conta própria, inscrevendo-se nas dinâmicas da contratação e da subcontratação. Ainda que possam evoluir para a figura do empresário em nome individual, estes trabalhadores independentes retraem-se, com frequência, do incremento do seu volume de negócios, por razões que também podem ser fiscais. Neste último caso, a gestão coletiva de encomendas e projetos de vários trabalhadores independentes não é rara. As rotinas de um trabalho, desenvolvido em prismas geográficos não muito alargados, que se aprende a valorizar pelo que representam enquanto esforço deliberado de controlo sobre o seu destino, ao abrigo de uma visão do mundo pragmaticamente construída em torno da procura da “arte”, explicam largamente a persistência desta figura da atividade na indústria da Construção regional. Hoje em dia, em todo o caso, a manutenção da atividade não dispensa o recurso ao apoio de contabilistas, que se encontram, habitualmente, entre os conhecidos, de confiança, nas vizinhanças.

Uma última coordenada interpretativa é sobre os *operários* da Construção, em concreto, sobre os grandes traços característicos da respetiva estruturação social. São múltiplas as profissões operárias relevantes para a configuração de posicionamentos aqui estruturados. Ainda assim, a indústria da Construção regional tem na socialização profissional organizada a partir da transmissão de saberes e de saberes-fazer entre mestres e *serventes* e *aprendizes*, preparada no trabalho no estaleiro,

o núcleo agregador da cultura de ofício que, entretanto, se configurou na região. Originalmente reforçada pela continuidade entre a cultura de trabalho própria de camponeses pluriativos e o trabalho na Construção (de jovens do sexo masculino com uma escolaridade que não ia, frequentemente, além dos quatro anos), esta cultura de ofício fazia apelo a uma combinação de força física, exposição aos elementos, criatividade na resolução de problemas e necessidade econômica que, sem perder o enquadramento paisagístico campestre, passou a ser gerada, tudo o que indica, a partir de quadros alternativos. Estes fizeram apelo, também por força das recomposições sociais verificadas na região, a famílias operárias, e outras, muitas vezes com passado camponês não muito longínquo, onde o apelo da necessidade continuava a fazer-se sentir cedo no processo de socialização dos seus mais jovens elementos do sexo masculino. Neste caso, contribuiu para a entrada nas fileiras da indústria da Construção de jovens, do sexo masculino, recém-saídos da escola, ao final de seis ou de nove anos de escolaridade (ou entre estes), à medida que os efeitos do alargamento da escolaridade obrigatória se faziam sentir na população local. A entrada para postos de trabalho de aprendiz e de servente nestas idades passa, quase sistematicamente e tal como no passado recente, por um período de trabalho duro e de paulatina aprendizagem, pela prática, dos diferentes ofícios, a partir da experiência de mestria proporcionada por oficiais e encarregados, mais velhos, das empresas da região. Em muitos casos, o reconhecimento, pela prática, da cultura profissional entre pares, desdobrava-se na ida para outras empresas, maiores, não forçosamente regionais, que funcionaram também como um espaço de apuramento de competências e antecâmara de experiências de itinerância pelos mais variados contextos de afirmação territorial destas empresas.

A reprodução desta configuração tem vindo a transformar-se. A necessidade de encontrar mercados de trabalho já tinha levado as empresas da Construção (regionais e não só) à procura de oportunidades noutros mercados, como o espanhol. As crises dos mercados nacional e espanhol, assim como de outros contextos, obrigaram a procuras ainda mais alargadas de trabalho, e um conjunto não irrelevante destes operários envolveu-se, a partir das empresas, em trajetórias de migração laboral para outros países europeus, que têm vindo a retirar o pessoal qualificado nas culturas de ofício regionais dos mercados de trabalho locais. São particularmente incisivas e repetidas, entre todos os interlocutores que conhecem as dinâmicas de formação dos trabalhadores da Construção ouvidos no âmbito deste estudo, as declarações relativas à escassez de mão de obra qualificada na região. O operariado da Construção está longe de ser homogêneo do ponto de vista das qualificações, como já visto. Na verdade, uma parte não insignificante da mão de obra operária estará presente na região, mas apenas pontualmente, uma vez que se envolve em regimes diferenciados de mobilidade espacial intensa com destino, na atualidade, a diferentes contextos europeus – nestes destinos, encontram salários

que podem duplicar, nalguns casos, triplicar, os rendimentos que seriam auferidos em Portugal. Mas, em complemento, tais diagnósticos são também habitualmente um alerta relativamente à dificuldade de formar, a partir da cultura de ofício, novos profissionais especializados em profissões como *pedreiro*, *trocha* e outras especialidades cultivadas a partir do estaleiro habitualmente necessárias nas diferentes fases dos projetos de Construção. A tais processos não são alheios, segundo vários dos nossos inquiridos, os sentimentos de “vergonha” que perpassam os jovens do momento na região relativamente ao trabalho de “trocha” e às variantes que mais diretamente se lhe associam, que justificam, por isso, uma redobrada dificuldade de recrutamento de novas gerações de trabalhadores. A conjugação de crise dos processos de formação de profissionais a partir das culturas de ofício com intensificação da mobilidade espacial e escassez de mão de obra qualificada potencia uma pressão para a *polivalência* entre estes profissionais, que estará longe de ser um elemento pacificador no desenvolvimento do quotidiano laboral.

Tudo aponta, por outro lado, para que as profissões operárias dedicadas às *instalações técnicas*, pense-se em casos como os de canalizadores, de eletricitas, de técnicos de instalações de gás, com processos de formação certificada mais controlados, possuam lógicas de recrutamento e de formação ligeiramente distintas, porque muito mais dependentes de uma relação com o sistema de ensino-formação. Algo análogo, ainda que com características ligeiramente diferenciadas relativamente a estas últimas, se poderá dizer de *manobreadores de máquinas* e *operadores de guas*. Em todo o caso, a exposição à intensidade da mobilidade espacial também passa por estes profissionais operários e não será irrelevante a pressão para a polivalência.

Trajetórias Sociais Estruturadas na Indústria da Construção na Região

O espaço social, como bem o demonstra Pierre Bourdieu (1979, pp. 128-157), estrutura-se em três dimensões, que remetem, respetivamente, para o volume global do capital detido pelos agentes sociais, para a composição do capital e para a trajetória que estes assumem no tempo. É particularmente interessante que se possam retirar consequências desta tripla configuração do espaço social para ler as modalidades de estruturação de posicionamentos sociais na indústria da Construção regional. Não podendo alargar excessivamente este exercício, focamo-nos em três trajetórias sociais que documentam o potencial analítico associado a este modo de raciocínio sociológico e que permitem verificar o modo como as estratégias de reprodução (Bourdieu, 1994) de indivíduos determinados se configuram ao longo do tempo.

Um pequeno patrão de uma empresa estável

Para além de muito presente nos relatos indiretos de experiências de trabalho daqueles que se assalariam e que são contratados pelas pequenas empresas da região, a prevalência do modelo de pequena empresa descrito anteriormente, do perfil de patronato que envolve e das relações de trabalho que contempla é bem visível nas trajetórias de vários dos empresários entrevistados no âmbito da presente pesquisa. A trajetória de Manuel P., apresentada seguidamente, é, a este propósito, profundamente ilustrativa. Manuel P. é um *pequeno empresário* da Construção, com 48 anos de idade, natural de Paredes e com atividade e residência em Penafiel. Casado, é pai de duas filhas, uma delas já envolvida nas atividades da empresa, depois de licenciada em área relevante para esta. Membro de uma fratria constituída por sete irmãos, herdou a empresa que gere do seu pai, mas também a ajudou a construir, tendo começado a trabalhar com este, aos 11 anos, numa empresa de Construção ainda sem alvará, depois de ter abandonado a escola no, à época, 2º ano do ciclo preparatório. Tem hoje o 9º ano de escolaridade, certificado pela experiência profissional e de vida que as “Novas Oportunidades” lhe garantiram muitos anos mais tarde. O acordo com o pai garantiu a entrada na direção da empresa assim que este atingisse os 70 anos. Com a entrada na direção da empresa, esta cresceu, iniciando-se na realização de obras públicas, algo que ocorreu na viragem do século, e que se acrescentou a uma atividade muito orientada para a construção de imóveis de raiz. Sendo “filho do patrão” e, depois, “o patrão”, não foi isentado nem se isentou do trabalho físico duro que se associa ao exercício da profissão na Construção:

“Prontos, e então, ah, o meu pai começou a trabalhar por conta dele já do tempo de juventude, prontos, dos seus 16, coiso, que está com 85, e começou a trabalhar, ah, nos seus, pronto, com a sua juventude, mas por conta dele aos 16, qu’ele já trabalhava antes, mas aos 16, prontos. Nós somos 7 irmãos, a mais velha teve oportunidade de estudar, ah, a mai nova teve oportunidade de estudar. Eu e um irmão a seguir a mim, que somos 15 meses de diferença, também que trabalha pu conta dele, ah, aos 11 anos eu e ele aos 12 tínhamos o 6º ano feito, ah, fomos, eu fui, fiz a 4ª classe aqui na escola de X [nome da escola], qu’é a nossa escola aqui, e fiz o 5º e o 6º no X [nome da escola]. Eu e ele, ah, no 5º e no 6º andou comigo, na primária não. Depois, eu, aos 11 anos, fui trabalhar diariamente, mas até aí nós já ficávamos em casa aos meios-dias pa ir ajudar a carregar placas. Já ficávamos aos meios-dias para ajudar no trabalho mais duro, no trabalho mais coiso. Nós aos 11 anos, eu e ele, aos 12, nós já subíamos duas escadarias com dois baldes de massa, c’hoije um balde de massa tem a, a grossura do meu dedo, que não é assim tão estreito... (...) P’agarrar, mas naquela altura era um araminho e nós fazíamos assim para subir a primeira escadaria, porque cada balde deve pesar p’ái 20 quilinhos e depois chegávamos à primeira escadaria, pousávamos os baldes, mas já estavam a ralhar por nós, lá por ser filhos de patrão, não havia filhos de patrão,

à espera da massa e nós fazíamos assim para chegar... (...) Eu, graças a Deus, em solteiro, eu fui pá tropa, emprestei lá muita nota de conto de rei, fiquei sem elas, mas, ah, nunca tive dificuldade em dinheiro e eu tive lá, ah, quase 11 meses, em Santa Margarida, e, prontos, nunca, porque mesmo na, quando nós vínhamos ao sábado, eu andava sempre na biscatada, nunca parava. Eu à noite, tinha um cunhado meu, qu'era uma pessoa, e é, da minha inteira confiança, que usava numa carrinha que eu tinha na altura, ah, ah, ah, e ia com dois ou três fazer um biscato aqui ou ali, com, que eu, ao fim-de-semana, tratava e tal, tal, prontos, e fui levando sempre a vida e fui ganho sempre o mesmo. Fiz a tropa e ganhei dinheiro. Eu consegui sair da tropa com mais dinheiro e ainda emprestei, e ainda emprestei muito dinheiro, mas consegui sair co mais dinheiro do que o que fui para a tropa, honestamente, porque, prontos, nós éramos de trabalhar... (...) Éramos de trabalhar, prontos. Hoje é diferente, completamente diferente.”

(Manuel P., Empresário, PE, Penafiel, 48 anos)

Apenas recentemente deixou de se envolver no lado mais fisicamente exigente do trabalho – as mazelas do corpo são muitas, ao fim de 38 anos de atividade -, dedicando-se plenamente à atividade de gestão da empresa. Esta tem cerca de 50 trabalhadores e uma gestão técnica e humana exigente. Para esse efeito, é coadjuvado pela filha, que se ocupa da gestão, e por uma sobrinha, que a apoia na administração, assim como por um outro funcionário (“o doutor”). O desenvolvimento da atividade está, hoje, muito dependente da ação de um engenheiro (“o braço direito”) e também de um arquiteto. Necessariamente, a empresa reparte-se por múltiplas frentes de obra. Do armazém da empresa, que se confunde com a vivenda familiar, sede social da empresa, e que é quase invisível da rua (a “roubaleira” é grande e o interesse por material de construção na região existe, pelo que, quanto mais discreto o armazém, melhor), origina-se, diariamente, um movimento intenso de máquinas e de pessoas, ainda que discretamente. No momento da entrevista, as obras são cerca de uma dezena, que obrigam a uma gestão cuidada das equipas e à constituição de relacionamentos coesos entre clientes e quem trabalha. Os clientes são antigos e o relacionamento, com estes, estável:

“(…) Graças a Deus, temos uma clientela muita boa, nós temos uma clientela de pessoas muito sérias, pessoas que se, quando se deslocam estão sempre a ligar pr’aqui, não, ah, houve, nós até, dou-me ao luxo de fazer trabalhos sem preço combinado, sem nada, pessoas que confiam plenamente, sabem que é dentro sempre daquilo, prontos...”

(Manuel P., Empresário, PE, Penafiel, 48 anos)

Tal como os clientes, recruta os assalariados da empresa entre os conhecimentos que vai estabelecendo na região, cujos meandros em matéria de indústria da Construção conhece muito bem. Paga acima da média, sob pena de perder os

trabalhadores, cujo relacionamento encoraja e privilegia. Promove a respetiva formação profissional e tem a noção de que o grau de competência que acumulam é significativo e largamente dependente da aprendizagem da arte pela prática. Será esse grau de competência uma parte relevante do sucesso e da capacidade da empresa. Isso e o facto de esta ser uma mão de obra estável, que já vem do tempo do seu pai. A propósito de um dos seus encarregados e do seu pessoal afirma:

“(...) Ouça, aquele homem, só basta dizer assim «Oh, Francisco [nome fictício], é pa fazer isto, tá aqui o projeto e tal, tal». Zero. Zero. Olha, não, o engenheiro não vai lá fazer nada, qu’ele sabe mais do qu’ele, eu não vou lá fazer nada, porque ele também, nesse ramos, sabe mais do qu’eu, o arquiteto não vai lá fazer nada, eu vou lá porque gosto de ver o que está feito e, prontos, e eles igual. Porque, de resto, eu tenho aqui, assim, a saber mesmo, aí uns 20. Mas tenho aqui uns 5 ou 6 qu’é top. Top.”

(Manuel P., Empresário, PE, Penafiel, 48 anos)

O futuro do setor provoca-lhe reservas, precisamente porque não vislumbra uma capacidade para formar mão de obra jovem adequada. Romperam-se os quadros tradicionais que a formavam:

“Veio, muitos já veio comigo, não é? Porque eu também já estou aqui diário há 38 anos, eu já trabalho aqui diário há 38, mas muitos aprenderam a arte toda, os melhores artistas que nós temos aqui aprendero todos a arte co nós, todos, todos, todos. Uns vieram da lavoura, na altura ainda era assim...”

(Manuel P., Empresário, PE, Penafiel, 48 anos)

Ainda que prefira posições contratuais claras e organizadas, não afasta subcontratações. Subcontrata, igualmente, especialidades técnicas para obras determinadas. Deliberadamente, não destaca trabalhadores para o estrangeiro e não pretende fazê-lo: “o trabalho aqui chega e sobra, pra qu’é que eu vou pra lá meter em aventuras?...” Quanto às dificuldades vividas durante a crise, a empresa aguentou-as, com sacrifício, mas vê o futuro da empresa cada vez mais na filha – “que gosta disto”.

Um trolha independente e que também trabalha como electricista

Elias M. tem 46 anos e é *trabalhador independente*. Nasceu em Valongo e vive em Paredes, sendo casado com uma engenheira informática, com quem tem dois filhos pequenos. Filho de um operário têxtil a viver a etapa final da grande fábrica em que trabalhava (na luta de uma vida, “Há coisa de dez anos, conseguiu reaver

o dinheiro que não recebeu na altura”) e com uma mãe doméstica, foi forçado a sair da escola depois do sexto ano de escolaridade. O seu apoio financeiro em casa era necessário. O dos seus irmãos também e dos cinco que tem, quatro também se dedicaram ao trabalho na Construção. Acabou por voltar à escola, ao ensino recorrente, anos mais tarde, para realizar o 9º ano e, com o apoio da mulher, fez o 12º ano nas “Novas Oportunidades”. A primeira experiência laboral foi pelos 13 anos, num outro ramo, mas, pelos 15, entra na empresa de Construção do irmão mais velho, onde começou como *servente*, “acartava massa e fazia limpezas de obras, de ferramentas”, o começo, “trabalho de moço” (na hierarquia do estaleiro, na melhor das hipóteses, ficar a chegar ferramentas ao oficial). Esta era uma empresa recente, iniciada a partir “do nada”:

“Então ele deixou o patrão, o que tinha, e lançou-se à vida porque era bom artista, era bom profissional, ele... ele e outro colega de trabalho pegaram numa colher talocha e uma gamela e lançaram-se. Viam pessoas que já faziam algumas biscatadas aos sábados, tavam sempre a dizer: ‘porque é tu não trabalhas por tua conta’, entretanto lançaram-se para transportar, mais tarde quando precisaram de transportar para a... e coisas desse género, alugavam um trator aos lavradores.”

(Elias M., trolha, trabalhador independente, Paredes, 46 anos)

Um ano depois passou a *oficial*:

“Passei a oficial, porque desenvolvi, tive sempre a capacidade de desenvolver bem essa parte, sendo mau na escola, mas a nível de trabalho, de prática, tenho boas capacidades. (...) Ainda hoje, eu digo que aprendo muito a ver a trabalhar”.

(Elias M., trolha, trabalhador independente, Paredes, 46 anos)

Cedo foi também envolvido no comando do destino de coletivos operários, “*chefe de obra*”, “*encarregado*”. A dada altura, a empresa do irmão, que tinha 15 trabalhadores quando lá chegara, já tinha 60. A opção por pequenos grupos de trabalho era, contudo, já uma preferência: “Eu geri sempre uma equipa pequena, o que, para mim, foi sempre saudável. Eu andava doente quando andava junto de muita gente, muita confusão, muito barulho e muitas formas de trabalhar diferentes.” Por sua vez, o trabalho era duro e muito diferente da atualidade:

“Eh, era impensável nós termos uma be, na altura falar-se na betoneira, ou numa grua, havia poucas, poucas empresas as tinham, só as grandes mesmo, *Soares da Costa*, *Mota Engil*, por aí fora, ou *Pinto da Cruz*. Nós eh... estas pequenas empresas, poucas

elas tinham carrinha para transportar pessoal. (...) Era motorizadas, bicicletas e o tractor, de vez em quando, ou então quem transportava, quem fazia o transporte da areia é que, de vez em quando, também facilitava a vida aos empreiteiros. (...) As pranchas não eram montadas, nós não montávamos pranchas como se monta agora. Nós montávamos pranchas que íamos ao monte botar vários eucaliptos abaixo e depois [com] vários eucalipto[s] é que fazíamos, montávamos os andaimes.”

(Elias M., trolha, trabalhador independente, Paredes, 46 anos)

Em todo o caso, não deixou de colocar a sua criatividade ao serviço do trabalho que realizava. Improvisando, inventou métodos na sua área, a dos *acabamentos*, que se revelavam eficazes:

“(...) Aos dezasseis anos, punha num rolo e fui ao monte, cortei uma vara de, fininha, de eucalipto, e fiz uma vara para pintar os tetos. Portanto, comecei a pintar os tetos do chão. Agora não preciso de cavaletes pa pintar os tetos, que era o hábito de se pintar em cima de cavaletes, que tinha que se andar a achar cavaletes paqui, pacolá, e eu comecei, por minha iniciativa, não ver ninguém, porque eu sei que já, na altura, já havia, fora do país já havia essa, essa forma de trabalhar e disse: «Porque é que não hei de experimentar?» (...) A gente ouve, tinha um tio, tinha um tio que trabalhou toda a vida na Venezuela. Então a gente tinha familiares, já na altura trabalhavam fora. (...) E a gente ouve esses comentários, aliás a primeira máquina de carapinhar paredes no exterior veio de lá, veio de França, porque ela aqui custava, na altura, talvez, na ordem dos quarenta contos e agora e aqui e lá, aqui custava quarenta, minto, aqui custava quarenta e lá custava para aí dez. (...) Que é com uma máquina que a gente faz aquilo. E assim sucessivamente, foram coisas que se foram aprendendo, foram-se aplicando e fui, fui adaptando, tive situações com o meu irmão qu’ ele, muitas vezes, discutia comigo porque não queria que fizesse aquilo, mas, a maior parte das vezes, ignorei sempre, só às vezes de forçar muito é que ele começou a ver que: «Ah, realmente, ele tem razão, deixa seguir.»”

(Elias M., trolha, trabalhador independente, Paredes, 46 anos)

Aos 28 anos, desentendimentos com o irmão a propósito da negociação do vencimento, mas também ditados pelo entendimento criativo que tinha do trabalho, levam à sua saída da empresa, estabelecendo-se como *trabalhador independente*: “eu trabalho melhor sozinho”. Em aproximações sucessivas, outros irmãos, que trabalhavam na mesma empresa, juntam-se-lhe para formar uma sociedade de Construção, a que somam a abertura de uma drogaria especializada em materiais de construção e o apoio de uma cunhada, que tratava do secretariado dos negócios. A experiência dura alguns anos até que, paulatinamente, e com o aproximar de 2013, a sociedade se desfaz. O último dos irmãos com quem trabalhava emigra para Inglaterra e Elias M. volta a procurar emprego, desta vez, junto de empresas

de trabalho temporário, embora sem aceitar qualquer proposta. Faz “biscates” durante algum tempo e regressa à empresa do irmão mais velho, onde chega a prestar serviços. Dedicando-se a *acabamentos*, embora também “saiba de eletricitista”, transforma-se em *trabalhador independente*. Inserido num mercado de obras que não se afasta muito da área de residência (não compensa afastar-se muito), é habitualmente subcontratado, mas também contrata ajudantes, quase sempre amigos ou conhecidos. A articulação entre o trabalho e a família levam-no a não aceitar muitas encomendas: é preferível “ter menos lucros um bocadinho e ter menos dores de cabeça, mais sossego”.

Um carpinteiro de cofragem pleno de experiências e ameaçado pela polivalência

Diogo F., *carpinteiro de cofragem*, tem 37 anos, sendo natural de Penafiel, residindo numa das suas freguesias interiores. É casado e tem dois filhos, ainda pequenos, e a sua mulher tem um emprego de execução nos serviços. Um dos quatro filhos de um taxista e de mãe doméstica, fez um curso profissional que lhe deu equivalência ao 9º ano. Teria preferido fazer um curso de culinária, escolheu que ainda fez, mas o pai direcionou-o para a área da climatização e do frio. O estágio que, por volta dos 15 anos, fez numa empresa do ramo ter-lhe-ia valido um emprego, mas optou pela “trollhice”. Opções que dois dos seus irmãos também realizam. O ordenado era mais compensador. Começou, com 16 anos, numa empresa das proximidades, propriedade de um tio, como *servente* e, depois, “fui fazendo pela vida”, “Subi de patamar a patamar, quando vinha um servente novo a gente tinha o, já pegava na colher, na talocha pa começar a fazer alguma coisa qu’era pa poder pedir, pa ser artista”. Tornou-se “artista”, seguindo para *trolha*. A empresa era muito pequena, com cinco trabalhadores, e dedicava-se à construção de vivendas de raiz, mas tornou-se num importante contexto de aprendizagem. Durante 10 anos permanece nesta empresa, mas, em dado momento, “na maré qu’abriu Espanha”, o tio decide procurar trabalho do outro lado da fronteira e Diogo resolve, juntamente com um dos seus irmãos, colega de trabalho na empresa, não o acompanhar. Emprega-se, de seguida, numa média empresa de Paredes (falida recentemente) durante oito anos. Tratava-se de uma empresa com que trabalhavam, na empresa do tio, em regime de subempreitada e que realizava as mais variadas construções. “Porque, na maré, eu sempre disse que quando tivesse que sair de Portugal para trabalhar, que só ia pa Angola ou Brasil. (...) nunca fui bom a línguas e então...”. Em agosto de 2007, em conversa num café com um amigo (montador de gruas numa das grandes empresas de Construção do país), sabe que estão a pedir operários para Angola e decide partir, então, para este país, onde estará cinco anos, como *chefe de equipa*, ganhando o triplo do que ganhava em Portugal e levando um irmão consigo; dois dos seus tios juntam-se-lhes

mais tarde, um deles o seu primeiro patrão, que, entretanto, fechara a empresa. Dedicou-se, nesta qualidade, à construção de condomínios para a grande empresa petrolífera angolana, integrado num consórcio de grandes empresas construtoras portuguesas. A experiência angolana foi marcante a vários níveis. Do ponto de vista profissional, aprendeu a ser chefe, vendo o trabalho dos outros. Chefiava uma equipa de operários angolanos: “O ritmo de trabalho lá era sempre acelerado, porque os homens trabalhavo ao metro, eles tinha que fazer o trabalho”. Contrariamente a outros colegas, em grande parte por ter estado acompanhado pelo irmão e pelos tios, aguentou a experiência e teve “sorte”, não ficou muito chocado quando aterrou:

“Depende se você vai aterrar de dia ou se vai aterrar de noite. (...) Se você for do lado da janela e olhar pra baixo vê um choque muito grande. (...) Você quando olhar pra baixo e só vir lixo e barracas em chapa perto do aeroporto você diz assim: «P’onde é qu’eu vou?»”

(Diogo F., carpinteiro de cofragem PE, assalariado a termo incerto, Penafiel, 37 anos)

Ainda assistiu à morte de cinco colegas de trabalho, não por causa do trabalho propriamente dito, mas por causa da malária. Solteiro quando parte para Angola, regressa a Portugal para se casar com a mulher, que conheceu neste país e, atento à situação económica e política do trabalho da empresa, já não volta para Angola: “Passaram-me a carta pó fundo de desemprego, e eu tive no desemprego”, período que se prolonga durante mais de um ano. Na região, começa a assentar tijolo e a rebocar paredes em casa de um primo. Procura algo mais definitivo e dirige-se para Lisboa, depois de conversa com um encarregado geral num café próximo, e arranja emprego numa média empresa, que trabalha em regime de subcontratação para uma das empresas líderes da indústria da Construção do país em obras públicas de muito grande envergadura. Ainda que os pagamentos sejam irregulares, tem a confiança do encarregado geral e, com algum receio inicial, torna-se *carpinteiro de cofragem*:

“Disse ao senhor que nunca tinha traba---, tinha a noção do qu’era fazer uma cofrage numa vivenda, nisto ou naquilo, mas im pontes eu não... Não aprendi, andei à beira d’outro a aprender, n’ê? Porque a gente se tiver um bocado de olho, desde o momento que saiba conhecer os materiais pa saber o qu’ê que tem d’ir...”

(Diogo F., carpinteiro de cofragem PE, assalariado a termo incerto, Penafiel, 37 anos)

Nesta empresa, onde permanece seis anos, com contratos a termo incerto, de obra, percorrerá Portugal e, como trabalhador destacado, também a França.

Quando estava em Portugal, o ritmo de trabalho era semanal, de segunda a sexta. São particularmente duras as lembranças do trabalho efetuado em grandes barragens e túneis no Norte do país, por força da exigência física, e também duras as lembranças das irregularidades dos pagamentos em matéria de horas extra e de subsídios de risco – irregularidades não contestadas, não obstante a presença dos sindicatos nos estaleiros:

“Não, não havia po, possibilidade, po qu’a gente, ah, nem quer ser sócio do sindicato, já num qué nada... (...) Eu quando tenho alguma coisa para resolver com qualquer patrão, vou no cara a cara. «Olha, preciso de um aumento. Queres-me dar, dás, num queres dar, eu vou tratar de vida, vou pa outro lado.»”

(Diogo F., carpinteiro de cofragem PE, assalariado a termo incerto, Penafiel, 37 anos)

Ainda assim, manteve-se na empresa. Em 2015, esta orientou-se para França, para se dedicar à construção do TGV: “Depois a gente também aqui em Portugal, aqui isto apagou, depois, ah, eles foram pa França trabalhar, eu fui co eles, também estive na França”. Durante os quatro anos que estive em França, a atividade eram sete dias seguidos e três de descanso. Todos os meses regressava a casa, de carrinha, no último ano, de avião: “Chigávamos a sair de lá à sexta-feira à noite, chigávamos aqui e no domingo à tarde já estávamos a ir...”. Ganhava bem, embora em Angola ganhasse mais. A construção do TGV levou-o a Bordéus, a Montpellier e a Nîmes. Regressou, novamente, a Bordéus, para construir vivendas. Mas o racismo importunava-o. O racismo das “pessoas em geral na sociedade” e “a trabalhar”. No estaleiro, os trabalhadores da empresa francesa que subcontractava a empresa portuguesa não compreendiam o horário de trabalho dos portugueses, que se prolongava depois das 17h. Cansado da vida que levava, decidiu despedir-se e deixar o trabalho em França. Os seus colegas mais próximos vieram com ele: “Ainda agora tive uma proposta d’ir par lá trabalhar, mas não tenho necessidade”. Agora, trabalha numa empresa, com contratos a termo incerto, obra a obra, há dois anos; na fase mais recente, numa obra em Braga. A aprendizagem do ofício nas pequenas empresas (“rateiras”) levou-o a fazer tudo, mas a expectativa de uma especialização reconhecida é posta à prova todos os dias no novo estaleiro:

“ (...) Eu parece que sou o tapa-furos do encarregado, qu’é preciso fazer isto, vai o Diogo, é p’ciso fazer aquilo, vai o Diogo... (...) E eu, ainda há aqui dias virei-me para ele e disse: «Olha, eu já nem sei o que sou. Eu vim pra aqui como carpinteiro de cofraige ou ferrageiro, já tenho qu’andar a trabalhar de trolha e disto e daquilo.» «Tu tens que fazer o que eu mandar. Porque tu não vês qu’agora não há mão de obra qualificada?» Qu’é o que tá a acontecer em Portugal.”

(Diogo F., carpinteiro de cofragem PE, assalariado a termo incerto, Penafiel, 37 anos)

As mudanças que perspectiva e que pairam sobre a sua especialidade são mais vastas. A mão de obra no setor transforma-se. Não há trolhas e quando estes existem:

“ (...) São muito velhos e num sabem fazer nada. São daqueles gajos que andaro sempre para aí tocados daqui para acolá, bá, bá, bá. Isto é mesmo, você se todas as pessoas que trabalhar em várias empresas, que estão sempre a trocar de patrão, eles não sabem fazer nada. (...) É a opinião qu’eu tenho, é. Isso é a mêma coisa que você trabalhar numa empresa grande e trabalhar oito dias à beira deste encarregado e este, passado uns dias, tá à beira deste e você andar na, naquele ciclo, po’quando a pessoa sabe trabalhar, as pessoas, os outros vê e num deixo, e fica, num deixo sair, no’ê? Tanto qu’eu tenho o caso deste encarregado que vai pa uma obra para Coimbra e já disse que quer que eu vá co ele pá obra, pa Coimbra.”

(Diogo F., carpinteiro de cofragem PE, assalariado a termo incerto, Penafiel, 37 anos)

Com as mudanças na composição da mão de obra, também a solidariedade entre trabalhadores se modifica. “Antigamente havia mais entreatajuda”. A cultura do ofício da região está, hoje, fora do país e o futuro será feito de escassez de pessoal qualificado e com o recurso renovado a uma necessária imigração:

“ [Se, para ser] Ferrageiro basta ter lá um que saiba fazer o trabalho, que, que saiba ver um papel, depois também diz aos outros: «Olha, põe isto aqui, isto acolá...» (...) Agora, na parte da construção cevil, na parte de trolhas, pintores, ladrilhadores, tudo isso que tá emigrado, tão a fazer falta neste momento. E o qu’ê que vai acontecer s’a construção continuar como está agora no momento? Vão tornar a vir os ucranianos, os brasileiros...”

(Diogo F., carpinteiro de cofragem PE, assalariado a termo incerto, Penafiel, 37 anos)

Reflexão final: a necessidade e a virtude na indústria da Construção do Vale do Sousa

A indústria da Construção é caracterizada por um processo de trabalho complexo, que obedece a fases e a processos distintos, mobilizando uma gama alargada de saberes e competências. Não obstante as transformações de processos e de métodos de trabalho, o impacto da utilização de novas máquinas e materiais, assim como de dinâmicas de trabalho feitas numa base competitiva, um segmento relevante desses saberes e competências é formado num quadro de aprendizagem prático e no decurso do processo produtivo, ao abrigo de relações de proximidade entre mestres e aprendizes (Queiroz, 1999, 2003). Na região do Vale do Sousa, a dinâmica de trabalho construída em torno dos estaleiros, em continuidade com a cultura camponesa, num primeiro momento, num quadro de reprodução

de posicionamentos estruturados na indústria da Construção, mais recentemente, permitiu apurar, num processo largamente determinado por imperativos de “necessidade” próprios dos princípios de visão do mundo característicos daqueles que ocupam estas posições sociais (Bourdieu, 1979, pp. 433-448), uma configuração de profissões operárias, essenciais no processo produtivo do setor, estruturada em competências e saberes-fazer dependentes da conjugação entre a disponibilidade de um capital de força física e de práticas próprias de culturas de ofício. O trabalho é uma prática material (Halbwachs, 2008, p. 94) e um valor central na cultura operária (Verret, 1996, p. 21). Como assinala P. Bourdieu, “A experiência do trabalho situa-se entre dois limites, o trabalho forçado, que é determinado apenas pelo constrangimento externo, e o trabalho escolástico, cujo limite é a atividade quase lúdica do artista ou escritor” (Bourdieu, 1997, p. 241, tradução própria). Ainda que o mundo do trabalho operário na Construção possa parecer muito distante da explanação sociológica assim produzida, é importante consagrar esta dupla verdade do trabalho também neste domínio. Tudo indica que a “necessidade feita virtude” (Bourdieu, 1979, p. 433; Pinto, 2010, p. 321) subjacente à produção das culturas de ofício da indústria da Construção característica da região do Vale do Sousa participa desta lógica. A partir destas culturas de ofício não apenas se aprimoraram competências operárias, mas definiram-se também trajetórias sociais de acesso à pequena propriedade económica empresarial, assim como aos mecanismos de exercício da autoridade no interior das hierarquias profissionais firmadas no estaleiro, entre outros processos.

Contudo, a necessidade de encontrar trabalho, na conjuntura da mais recente crise económica vivida na indústria da Construção no país, teve implicações significativas na conjugação dos processos responsáveis pela definição dos posicionamentos sociais no espaço das classes da indústria regional. Estes são crescentemente afetados pela procura de mercados mais longínquos e pelos complexos processos de mobilidade laboral pelo mundo e pela Europa que envolvem empresas e ativos. Afirma-se, num tal cenário, paulatinamente, uma crise relativa de mão de obra qualificada na região, que é resolvida, com dificuldades, pelo recurso, nas pequenas empresas, à pressão para a polivalência profissional dos diferentes corpos de especialistas operários. Admite-se, por outro lado, que, num cenário de retoma da atividade económica no setor e de aumento da necessidade de mão de obra qualificada para projetos nacionais, nem sempre as empresas recorrem ao aumento de salários para, com isso, reter profissionais experientes e dissuadir saídas. Não deve esquecer-se, entretanto, que uma crise, mais estrutural, de formação de mão de obra qualificada se poderá estar a configurar na região, à medida que os processos sociais responsáveis pela transformação da “necessidade em virtude” na reprodução das culturas de ofício da Construção se desestruturam. Na ausência de um sistema de ensino-formação capaz de (re)construir competências

profissionais, não é claro que o trabalho no estaleiro as possa gerar imediatamente. Entre outros, poderá a indústria valer-se, entretanto, daqueles “veteranos da mobilidade espacial” (Pinto, 2010, p. 322) que, cansados, optem por ficar. Resta saber até quando.

Referências Bibliográficas

- Almeida, A. N. (1993). *A Fábrica e a Família: Famílias operárias no Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction : Critique sociale du jugement*. Paris : Minuit.
- Bourdieu, P. (1994). Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 105, 3-12.
- Bourdieu, P. (1997). *Méditations pascaliennes*. Paris : Seuil.
- Carmo, R. M. & Matias, A. R. (2019). *Retratos da Precariedade: Quotidianos e aspirações dos trabalhadores jovens*. Lisboa: Tinta da China.
- Costa, A. F., Guerreiro, M. D., Freitas, F. S. & Ferreira, M. H. (1984). *Artes de Ser e de Fazer no Quotidiano Operário*. Lisboa: CIES.
- Estanque, E. (2000). *Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Afrontamento/Centro de Estudos Sociais.
- Freire, J. (1997). *Variações sobre o Tema Trabalho*. Porto : Afrontamento.
- Freire, J. (2001). *Sociologia do Trabalho : Uma introdução*. Porto : Afrontamento.
- Freire, J. (2014). *Sociologia do Trabalho : Um aprofundamento*. Porto : Afrontamento.
- Guerreiro, M. D. (1996). *Famílias na Actividade Empresarial – PME em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Halbwachs, M. (2008). *Les Classes sociales*. Paris: PUF.
- Lima, J. (2018). *Os Empresários da Indústria Têxtil do Vale do Ave : Um contributo para uma sociologia da formação do habitus económico*. Porto: Afrontamento.
- Malglaive, G. (1990). *Enseigner à des adultes*. Paris: PUF.
- Monteiro, B. (2014a). Portuguese construction workers in Spain: situated practices and transnational connections in the European field of construction (2003-2013). *Construction Labour Research News*, 2, 8-32.
- Monteiro, B. (2014b). *Frágil como o Mundo: Etnografia do quotidiano operário*. Porto: Afrontamento.
- Pereira, V. B. (1999). *Os Vincados Padrões do Tecido Social: Uma análise sobre as vivências quotidianas de uma freguesia industrializada do Vale do Ave*. Porto: Afrontamento.
- Pereira, V. B. (2010). Formação de classes sociais, trabalho e território ou sobre como continuar a compreender Berlim. In J. M. Pinto & J. Queirós (Eds.), *Ir e Voltar: Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)* (pp.327-355). Porto: Afrontamento.
- Pinto, J. M. (1985). *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Afrontamento.

- Pinto, J. M. (1996). Contributos para uma análise dos acidentes de trabalho na construção civil. *Cadernos de Ciências Sociais*, 15/16, 87-119.
- Pinto, J. M. (2010). Jorge: projetos profissionais sob pressão. In J. M. Pinto & J. Queirós (Eds.), *Ir e Voltar: Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)* (pp. 319-325). Porto: Afrontamento.
- Pinto, J. M. (2018). Trabalho e trabalhadores da Construção Civil: Recapitulação de resultados e novas hipóteses de investigação. In S. Gomes et al. (Eds.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas – Homenagem a Manuel Carlos Silva* (pp. 391-413). Famalicão: Humus.
- Pinto, J. M. (2019). Institutions, dispositions et pratiques: le cas de la production du logement. In V. B. Pereira & Y. Siblot (Eds.), *Classes sociales et politique au Portugal: Pratiques du métier de sociologue* (pp. 63-97). Vulaines-sur-Seine: Éditions du Croquant.
- Pinto, J. M. & Queiroz, M. C. (1996a). Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na Construção Civil. *Sociologia. Problemas e Práticas*, 19, 9-29.
- Pinto, J. M. & Queiroz, M. C. (1996b). Qualificação profissional e desqualificação social na construção civil. *Cadernos de Ciências Sociais*, 19-20, 41-85.
- Pinto, J. M. & Queirós, J. (Eds.) (2010). *Ir e Voltar: Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)*. Porto: Afrontamento.
- Queirós, J. & Monteiro, B. (2019). Entre ici et là-bas: Notes de recherche sur l'émigration en Espagne d'ouvriers portugais du bâtiment. In V. B. Pereira & Y. Siblot (Eds.), *Classes sociales et politique au Portugal: Pratiques du métier de sociologue* (pp. 155-189). Vulaines-sur-Seine: Ed. du Croquant.
- Queiroz, M. C. (1999). *Trabalho e Trabalhadores na Construção Civil e Obras Públicas. Contributos para a análise dos lugares e das identidades de classe* (Tese de doutoramento não publicada), FLUP, Porto, Portugal.
- Queiroz, M. C. (2003). Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da Construção Civil do Nordeste de Portugal. *Sociologia*, 13, 19-55.
- Santos, M. L. L., Lima, M. P. & Ferreira, V. M. (1976a). *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento.
- Santos, M. L. L., Lima, M. P. & Ferreira, V. M. (1976b). *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento.
- Santos, M. L. L., Lima, M. P. & Ferreira, V. M. (1977). *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento.
- Verret, M. (1996). *La Culture ouvrière*. Paris: L'Harmattan.

Legislação:

Lei nº41/2015, de 3 de junho, Regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de construção.